



Clara Daniele Moura de Sousa*
Benedito Carlos dos Santos Mesquita **

RESUMO

A pesquisa analisa a partir da obra de Hannah Arendt os efeitos existenciais e políticos do totalitarismo, destacando a centralidade do conceito de "solidão" como base de sustentação do terror. Arendt distingue a solidão do simples estar só, compreendendo-a como o rompimento do indivíduo consigo mesmo e com os outros — um estado no qual se perde a capacidade de pensar, agir e se reconhecer como sujeito político. Esse estado é aprofundado pelo isolamento social promovido pelas ditaduras, que dissolvem vínculos comunitários e esvaziam a esfera pública. A análise parte de *Origens do Totalitarismo* e se expande por obras como *A Vida do Espírito* e *A Condição Humana*, nas quais Arendt articula o conceito de solidão com a perda da pluralidade, da ação e do discurso — elementos que, em sua visão, constituem a essência da humanidade. O texto também explora as distinções entre trabalho, obra e ação, apontando que apenas esta última revela a singularidade dos indivíduos no espaço público. Ao destruir tanto a esfera pública quanto a privada, o totalitarismo reduz o homem a um ser descartável, inibindo sua espontaneidade e sua condição de agente histórico.

Palavras-chave: Totalitarismo. Solidão. Pluralidade.

Action as an original manifestation of the human condition

ABSTRACT

Based on Hannah Arendt's work, this research analyzes the existential and political effects of totalitarianism, highlighting the centrality of the concept of "solitude" as a basis for terror. Arendt distinguishes solitude from simple loneliness, understanding it as the individual's rupture with themselves and others—a state in which they lose the ability to think, act, and recognize themselves as political subjects. This state is deepened by the social isolation promoted by dictatorships, which dissolve community bonds and empty the public sphere. The analysis begins with *The Origins of Totalitarianism* and expands on works such as *The Life of the Spirit* and *The Human Condition*, in which Arendt articulates the concept of solitude with the loss of plurality, action, and discourse — elements that, in her view, constitute the essence of humanity. The text also explores the distinctions between work, deed, and action, noting that only the latter reveals the singularity of individuals in the public sphere. By destroying both the public and private spheres, totalitarianism reduces man to a disposable being, inhibiting his spontaneity and his condition as a historical agent.

Keywords: Totalitarianism. Loneliness. Plurality.

1 Introdução

No desenvolvimento da obra de Hannah Arendt, observa-se uma rigorosa elaboração conceitual que se inicia com *Origens do Totalitarismo* e alcança maior densidade especulativa em textos subsequentes, como *Responsabilidade e Julgamento* e *A Vida do Espírito*. Esse percurso intelectual revela uma inquietação profunda diante de um acontecimento histórico sem precedentes: o surgimento do totalitarismo, fenômeno que, segundo Arendt, não apenas rompeu com as tradições políticas, jurídicas e sociais vigentes, mas instituiu novas formas de governo que operaram uma inversão radical dos seus fundamentos. Ao refletir sobre esse contexto, é possível compreender que o totalitarismo configura-se como um ponto de inflexão na história moderna, marcado por transformações tão profundas que reconfiguraram a experiência política e a condição humana de maneira assustadora.

O entendimento do totalitarismo, tal como proposto por Arendt, transcende a mera descrição factual dos eventos históricos e concentra-se nos efeitos desumanizadores sofridos pelas vítimas desse regime. Para Arendt, os indivíduos submetidos ao totalitarismo não podem ser reduzidos a meras estatísticas, mas devem ser compreendidos em sua integralidade, como sujeitos que tiveram seus direitos fundamentais violados, suas identidades destituídas, e suas esferas pública e privada destruídas. Essa privação radical da condição humana representa um fenômeno inédito na história das formas de governo, caracterizado pela perda da espontaneidade, da capacidade de reflexão e do pertencimento social.

Um dos conceitos centrais da análise arendtiana sobre o totalitarismo é o “estado de solidão”, introduzido a partir da edição de 1955 de *Origens do Totalitarismo*, no capítulo “Ideologia e Terror”. A solidão, para Arendt, vai muito além da mera ausência física de companhia: é um estado existencial e político que se manifesta quando o poder totalitário alcança sua consolidação, especialmente durante o período do Terror. Essa solidão está intimamente ligada ao desarraigamento e à superfluidade das massas modernas, fenômenos que vêm se desenvolvendo desde a Revolução Industrial e que se aprofundam com o imperialismo e o colapso das instituições tradicionais.

Esse conceito assume papel central nas reflexões posteriores da autora, configurando-se como a base sobre a qual se ergue a violência totalitária. A

singularidade do totalitarismo reside em sua capacidade de eliminar não apenas a resistência política, mas também a própria possibilidade de reflexão crítica e de consciência individual, reduzindo o ser humano à impotência total. Trata-se, assim, de uma forma inédita de opressão que destrói o vínculo do indivíduo com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Neste cenário, a investigação do estado de solidão articula-se a outras categorias fundamentais da filosofia política arendtiana, como o isolamento, a solidão e a ação — esta última concebida como a mais elevada das atividades humanas. A ação, para Arendt, manifesta a singularidade do indivíduo na esfera pública, sendo o espaço onde a pluralidade humana se revela através do discurso e da interação. A compreensão dessa relação entre solidão e ação permite apreender como a destruição da esfera pública e privada compromete a própria essência da humanidade, configurando um cenário em que a exclusão social torna-se sinônimo de perda da identidade.

A análise proposta neste artigo busca, portanto, estabelecer um diálogo entre essas categorias, explorando suas inter-relações e como se articulam para oferecer uma compreensão abrangente do impacto do totalitarismo na vida humana. Para isso, será necessário situar essas ideias no contexto mais amplo da *vita activa* — composta pelo trabalho, pela obra e pela ação —, categorias desenvolvidas por Arendt em *A Condição Humana*, que permitem compreender a vinculação entre as atividades humanas e as esferas pública e privada da existência.

Ao traçar esse percurso, o estudo pretende evidenciar a ruptura radical provocada pelo totalitarismo nas relações entre o indivíduo e o mundo, destacando como a destruição dos vínculos sociais e a imposição de uma lógica ideológica única operam um apagamento da pluralidade e da capacidade de ação. A partir da análise histórica e filosófica do desenvolvimento e da consolidação do totalitarismo, será possível mapear os mecanismos de dominação e exclusão que resultam no estado de solidão, bem como suas consequências políticas e existenciais.

Além disso, a investigação aprofundará a distinção entre isolamento e solidão, revelando como o primeiro atua como condição prévia para a ascensão do totalitarismo, enfraquecendo a coesão social e preparando o terreno para o terror. O conceito de isolamento está associado à fragmentação da experiência comum e à emergência das massas, termo utilizado por Arendt para designar grupos humanos

que, desenraizados e desprovidos de engajamento político, perdem a capacidade de agir coletivamente e de participar da vida pública.

Ainda será examinada a noção de solidão, entendida como o estado voluntário de recolhimento e reflexão que se distingue do estado de solidão imposta pelo totalitarismo. A solidão, associada ao pensar e à meditação filosófica, representa um afastamento consciente do convívio social para o cultivo da razão e da autoconsciência, conforme ilustrado nas reflexões de Epicteto e outros filósofos clássicos, retomados por Arendt.

Este conjunto de conceitos e sua articulação oferecem ferramentas essenciais para compreender a singularidade do totalitarismo enquanto fenômeno histórico-político e suas implicações para a condição humana. Por meio dessa abordagem, o artigo buscará mostrar como a experiência da solidão imposta pelo regime totalitário se configura como um processo sistemático de desumanização, que elimina a espontaneidade e a capacidade de ação do indivíduo, e que representa o ápice da dominação ideológica e do terror.

Por fim, ao revisitar as categorias da ação, da pluralidade e da distinção entre as esferas pública e privada, será possível compreender o que está em jogo na destruição dessas dimensões pela lógica totalitária. A ação, em sua dimensão política e comunicativa, expressa a mais genuína manifestação da humanidade, pois é nela que o indivíduo revela sua identidade singular e exerce sua liberdade na convivência com os outros. O enfraquecimento ou a supressão dessa atividade, portanto, simbolizam a negação da condição humana e a consolidação de uma ordem em que o ser humano é transformado em um mero instrumento da ideologia dominante.

Dessa forma, esta introdução pretende situar o leitor no âmbito teórico e histórico das reflexões arendtianas, indicando os eixos centrais da análise que será desenvolvida ao longo do artigo, cujo objetivo é aprofundar o entendimento do estado de solidão como fenômeno político e existencial que configura a essência do totalitarismo, ressaltando suas implicações para a vida pública, privada e para as atividades fundamentais da existência humana.

2 A ação como manifestação originária da condição humana

No decurso da obra de Hannah Arendt, é possível acompanhar a rigorosa elaboração de conceitos cuja gênese se encontra em *Origens do Totalitarismo* e que alcançam maior densidade especulativa em textos posteriores como *Responsabilidade e Julgamento* e *A Vida do Espírito*. Em todas essas reflexões, perpassa uma inquietação fundamental diante de um acontecimento absolutamente inédito — um fenômeno histórico no qual o horizonte do possível se expandira de maneira assustadora. Como observa Romolo (2020), tratava-se de uma experiência que não apenas rompeu com os alicerces das tradições políticas, jurídicas e sociais, mas instituiu novas formas e práticas que, embora ocupassem o lugar das anteriores, operavam uma inversão radical de seus fundamentos.

Ao analisar os acontecimentos que precederam e acompanharam o surgimento do totalitarismo, Hannah Arendt vai além da simples descrição dos fatos históricos, concentrando-se nos impactos profundos e desumanizadores que incidiram sobre as vítimas desse regime. Para ela, essas pessoas não podem ser reduzidas a estatísticas: foram indivíduos inteiros, privados de seus direitos, expulsos do convívio social como se representassem uma ameaça, esvaziados de suas esferas pública e privada, despojados de bens, identidade e, por fim, da própria condição humana.

Entre os efeitos identificados por Arendt, destaca-se o conceito de “estado de solidão”, entendido como uma das expressões mais radicais do totalitarismo. Esse estado se manifesta precisamente no momento em que o poder totalitário se consolida, fase marcada pelo “Terror”. A noção de solidão, no entanto, não aparece na primeira edição de *Origens do Totalitarismo* (1951), sendo incorporada posteriormente, no capítulo “Ideologia e Terror”, em 1955. A partir de então, esse conceito passa a ocupar um papel central nas reflexões posteriores da autora, desenvolvendo-se como parte fundamental de seu esforço contínuo de compreender e formular as consequências existenciais e políticas do totalitarismo:

A solidão, o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e, para a ideologia ou a lógica, a preparação de seus carrascos e vítimas, tem íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidade que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e se tornaram cruciais com o surgimento do imperialismo no fim do século passado e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo. [...] Solidão não é estar só. Quem está desacompanhado está só, enquanto a

solidão se manifesta mais nitidamente na companhia de outras pessoas (Arendt, 1969, p. 528).

O estado de solidão, conforme identificado por Arendt, instala-se precisamente quando o regime totalitário consolida seu poder, exercendo um controle absoluto sobre a população e submetendo-a a uma dominação extrema. Nesse ponto, o totalitarismo se distingue de outras formas de governo autoritário, como a tirania, ao eliminar não apenas a possibilidade de resistência, mas também a própria capacidade de reflexão do indivíduo sobre sua condição. Essa característica o torna uma forma inédita e radical de opressão política, na qual o ser humano é reduzido à impotência total, privado até mesmo da consciência crítica sobre a realidade que o cerca.

Esse conceito será aprofundado progressivamente ao longo da obra de Arendt, sempre com o propósito de compreender e problematizar uma das experiências mais devastadoras da história: a transformação do ser humano em algo descartável. Trata-se da anulação da identidade pessoal, da extinção da espontaneidade, da supressão da capacidade de pensar e da ruptura com o vínculo que o indivíduo mantém com o mundo e com os outros.

Neste cenário, busca-se estabelecer um diálogo entre o estado de solidão e as experiências do isolamento e da solitude, tal como delineadas por Arendt em *Origens do Totalitarismo*. Além disso, pretende-se explorar as possíveis conexões entre a noção de solidão e a ideia de ação, concebida pela autora como a mais elevada das atividades humanas, por ser aquela que revela a singularidade do indivíduo no espaço público.

A partir dessa linha de investigação, propõe-se examinar a concepção de solidão também em sua articulação com as demais atividades humanas – o labor e a obra – bem como com as esferas pública e privada nas quais se inserem. Essas categorias são analisadas por Arendt em *A Condição Humana* (1958), e ao trazê-las à tona, pretende-se compreender como a autora vincula cada atividade a um determinado domínio da existência, rastreando os elementos que ela considera politicamente relevantes. Com esse percurso, almeja-se delimitar os lugares ocupados pelo ser humano e as ações por ele desempenhadas antes e após a ascensão dos regimes totalitários, de modo a evidenciar a extensão das rupturas provocadas por tal fenômeno. Para tanto, será necessário percorrer criticamente o desenvolvimento histórico e estrutural do totalitarismo, até o momento em que Arendt

identifica a configuração do chamado terror total. A partir dessa análise, torna-se possível mapear o itinerário percorrido por esse regime e os aspectos da condição humana que ele é capaz de desintegrar.

A concepção de isolamento, por sua vez, refere-se à separação deliberada entre os indivíduos com o objetivo de enfraquecer os vínculos coletivos e, por conseguinte, desarticular a força de ação conjunta de uma comunidade. Trata-se de uma estratégia de desagregação que visa comprometer a coesão do corpo político. Tal noção emerge a partir da análise arendtiana sobre o surgimento dos chamados “seres supérfluos”, os quais compõem o que a autora denomina de massas — indivíduos apartados da esfera política, destituídos de perspectiva e engajamento político. Esse fenômeno, segundo Arendt, torna-se mais visível no cenário que se seguiu ao término da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quando se acentuou a experiência de desenraizamento e marginalização desses sujeitos em relação ao espaço comum da ação e da deliberação.

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores (Arendt, 1969, p. 361).

Inserida nesse cenário, a crise que se abateu sobre a Europa levou os indivíduos a perceberem sua condição de maneira isolada, dissociando sua experiência da dos demais. Tal fragmentação da realidade comum inaugura aquilo que pode ser identificado como um estágio pré-totalitário. Como aponta Arendt, esse momento antecede a consolidação do regime totalitário ao instaurar um sentimento de separação e impotência coletiva, condição fundamental para o avanço das estruturas autoritárias:

O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele. Esse isolamento é, por assim dizer, pré-totalitário; sua característica é a impotência, na medida em que a força sempre surge quando os homens trabalham em conjunto, “agindo em concerto” (Burke); os homens isolados são impotentes por definição. O isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicos das tiranias. Os contatos políticos entre os homens são cortados no governo tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas. Mas nem todos os contatos entre os homens são interrompidos, e nem todas as capacidades humanas são destruídas. Toda a esfera da vida privada juntamente com a

capacidade de sentir, de inventar e de pensar, permanece intacta (Arendt, 1969, p. 526).

A solitude, em contrapartida, entendida por Arendt como a experiência de estar consigo mesmo, encontra sua conexão essencial com a atividade do pensar. À primeira vista, tal associação pode parecer paradoxal; contudo, como será examinado no segundo capítulo, trata-se de um afastamento voluntário do convívio social, motivado pela intenção de cultivar a razão. Nesse percurso, o indivíduo restringe o contato com o mundo exterior para mergulhar em um processo de introspecção e elaboração crítica. Essa perspectiva é ilustrada por Arendt ao recorrer às reflexões do filósofo Epicteto, cujas meditações oferecem uma base importante para o entendimento dessa forma de recolhimento filosófico

Na opinião de Epicteto (*Dissertationes*, livro 3, capítulo 12), o homem solitário (éremos) vê-se rodeado por outros com os quais não pode estabelecer contato e a cuja hostilidade está exposto. O homem só, ao contrário, está desacompanhado e, portanto, “pode estar em companhia de si mesmo”, já que os homens têm a capacidade de “falar consigo mesmos”. Em outras palavras, quando estou só, estou “comigo mesmo”, em companhia do meu próprio eu, e sou, portanto, dois-em-um; enquanto, na solidão. Sou realmente apenas um, abandonado por todos os outros. A rigor, todo ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui um diálogo entre eu e eu mesmo; mas esse diálogo dos dois-em-um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, pois que eles são representados no meu eu, com o qual estabeleço o diálogo do pensamento. O problema de estar a sós é que esses dois-em-um necessitam dos outros para que voltem a ser um — um indivíduo imutável cuja identidade jamais pode ser confundida com a de qualquer outro (Arendt, 1969, p. 528-529).

O estado de solidão, tal como concebido por Arendt, configura-se como a base essencial sobre a qual se ergue o terror totalitário. Esse estado é instaurado quando os indivíduos deixam de ser reconhecidos como sujeitos e passam a ser tratados como meros instrumentos a serviço da lógica hegemônica do regime. Nesse processo, há um esvaziamento de sua compreensão sobre o pertencimento à coletividade, um distanciamento dos vínculos com os demais e, em última instância, uma ruptura com a própria consciência de si. Suprimem-se, assim, sua capacidade de temer, de resistir e até mesmo de preservar sua memória e identidade histórica.

Compreende-se, portanto, que a solidão representa o mais profundo impacto causado pelo regime totalitário. Isso porque é somente com a efetiva ascensão desse tipo de governo ao poder que os elementos ideológicos previamente formulados se transformam em ação concreta. A partir desse momento, inicia-se uma dominação

absoluta sobre a sociedade, revelando, enfim, a essência do totalitarismo, seus objetivos reais e a extensão das medidas que está disposto a implementar.

O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento). À questão que levantamos no início destas considerações, e à qual agora retornaremos, diz respeito ao tipo de experiência básica na vida humana em comum que inspira uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico (Arendt, 1969, p. 526).

Dessa forma, entende-se que o ápice do totalitarismo se dá quando sua ascensão ao poder já não encontra qualquer resistência, momento em que a sociedade se vê completamente subjugada pelo terror instaurado e imersa na lógica de sua ideologia.

Para a autora, a ação representa a forma mais elevada da atividade humana, posicionando-se ao lado de outras duas categorias fundamentais discutidas em *A Condição Humana*, o trabalho e a obra. Com o intuito de explorar as inter-relações entre esses conceitos, examinarei brevemente o significado de cada um, destacando como se articulam com as esferas pública e privada e de que modo se manifestam nesses contextos. A partir dessa análise, será possível compreender como Arendt formula a noção de pluralidade — isto é, o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo — e de que forma essa concepção se conecta tanto à ação quanto à atividade reflexiva do pensamento.

Para Arendt, a ação representa a expressão mais genuína da humanidade, pois, através do discurso, revela a singularidade de cada indivíduo, evidenciando que ninguém é igual a outro. A espontaneidade da ação é o que diferencia os seres humanos dos demais seres, sendo possível apenas em um contexto plural, onde as pessoas interagem no mundo das aparências. Esse espaço permite que cada indivíduo se exponha e reconheça a diferença refletida na manifestação do outro. Conforme Arendt, a ação é a única atividade que só pode existir dentro da vida em comunidade, sendo impensável fora desse âmbito:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que *laborasse* em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo não deixaria de ser um fabricante, mas não seria um *homo faber*, teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus – certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos. Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros (Arendt, 2007, p. 31).

Para destacar a ação como a mais elevada atividade humana, Arendt, em *A Condição Humana*, retoma a experiência e o pensamento político da Grécia Antiga, período em que a política atingiu sua maior valorização, segundo a autora. Ela ressalta que, para Aristóteles, as duas principais atividades dentro de uma comunidade eram a ação e o discurso, das quais emergia o espaço dos assuntos humanos, excluindo aquilo que fosse meramente necessário e funcional. Na experiência grega antiga, a distinção entre as esferas pública e privada se dava pela separação entre a família e a política enquanto entidades distintas. O lar, como comunidade natural, fundamentava-se na necessidade de sobrevivência e reprodução da espécie, enquanto a pólis era o espaço da liberdade. A superação das necessidades domésticas era vista como condição imprescindível para a liberdade na esfera política. No ambiente familiar, a liberdade não existia, pois, os indivíduos estavam inseridos em relações de submissão ou domínio, sendo que até mesmo o chefe da família só era considerado livre caso decidisse deixar o lar para participar da vida política, onde havia igualdade entre todos.

A esfera pública é insubstituível, não podendo ser suplantada nem pela educação nem por competências individuais, pois é nela que se manifesta a verdadeira superioridade humana. O senso comum só pode existir nesse espaço compartilhado, onde as pessoas têm a possibilidade de expressar seus sentimentos e percepções. Sem o ambiente público, seria impossível validar a realidade do mundo ou a nossa própria existência. O que é comum refere-se ao que pode ser partilhado por todos, enquanto a realidade é confirmada pelas aparências — aquilo que é visto e ouvido tanto por mim quanto pelos outros — distinguindo-se dos pensamentos e sentimentos pessoais e internos. É somente na presença do outro, que vê e escuta o

mesmo que eu, que se torna possível reconhecer a autenticidade de uma existência, inclusive a nossa própria:

Nas circunstâncias modernas, essa privação de relações objetivas com os outros e de uma realidade garantida por intermédio destes últimos tornou-se o fenômeno de massa da solidão, no qual assumiu sua forma mais extrema e mais anti-humana. O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família (Arendt, 2007, p. 68).

A definição dos limites entre as esferas pública e privada será fundamental para compreendermos, adiante, como os indivíduos são afastados dessas dimensões nas experiências pré-totalitárias e totalitárias, resultando em isolamento e solidão. Ao analisar essa distinção, Arendt ressalta as atividades que caracterizam a vida ativa humana — a ação, a obra e o trabalho — que juntas constituem a *vita activa*, conceito desenvolvido em *A Condição Humana*. Paralelamente a essas atividades, situa-se a contemplação, que, embora mencionada na obra de 1958, receberia uma reflexão mais aprofundada por Arendt somente em *A Vida do Espírito*. A contemplação depende das demais atividades, pois para que ela ocorra é necessária a existência da paz, a qual, por sua vez, só pode se manifestar após o trabalho que garante a produção dos bens essenciais à sobrevivência e a fabricação dos meios necessários à proteção do corpo humano.

Na atividade laboral, os seres humanos produzem aquilo que é essencial para satisfazer suas necessidades básicas, como a alimentação do corpo. Trata-se de um processo contínuo e repetitivo, distinto da fabricação, cuja função se encerra com a conclusão do produto. O *homo faber* utiliza os recursos naturais, sendo que fabricação e consumo configuram etapas distintas, ao contrário do trabalho, cujo consumo ocorre de maneira cíclica e constante. O trabalho não possui um ponto inicial ou final definidos, apenas pausas ocasionadas pela fadiga. Por sua vez, a ação tem um começo, mas não se pode determinar seu término nem prever seus desdobramentos. Diferentemente da ação, o processo de fabricação é reversível e passível de ser antecipado.

Das atividades que compõem a vida ativa, somente a ação exige um contexto plural para acontecer. O trabalho e a obra fundamentam-se nas capacidades físicas e criativas do indivíduo, que pode exercê-las de forma isolada, sem a necessidade direta da participação de outros. Diferentemente dessas, a ação não é algo fabricado nem possui um criador definido, mas sim um ator que atua de modo imprevisível dentro de uma rede de relações, gerando múltiplas consequências. Ademais, a ação se distingue do trabalho por não ser uma resposta a necessidades imediatas — o trabalho está ligado à esfera privada, enquanto a ação somente se manifesta no espaço público, na interação entre pessoas.

Após expor as atividades que compõem a vida ativa, destaco as reflexões de Hannah Arendt acerca da ação, ressaltando como a ideia de pluralidade fundamenta toda a discussão proposta neste trabalho. Segundo Arendt, a prática da ação por parte do indivíduo está condicionada, inicialmente, à existência de pluralidade, pois para que haja comunicação e ação entre os sujeitos, é indispensável que diferenças e semelhanças coexistam simultaneamente. A semelhança possibilita a compreensão mútua, permitindo que cada um expresse sua identidade por meio do discurso e seja reconhecido em sua singularidade. Contudo, é justamente a diversidade entre os indivíduos que gera a necessidade do discurso e da ação; sem essa dinâmica, bastariam simples sinais ou sons para a compreensão, eliminando a complexidade do entendimento humano proporcionado pela ação.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazer entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas (Arendt, 2007, p. 188).

É por meio do discurso e da ação que o ser humano se diferencia, ou seja, no momento em que expressa sua singularidade no espaço público ao interagir com os outros. Dessa forma, para que essa manifestação do sujeito ocorra, em contraste com sua mera existência física no mundo, é imprescindível que ele atue de maneira ativa em seu meio. O indivíduo pode optar por se abster de outras atividades, como o trabalho, ou deixar de contribuir de forma produtiva ao ambiente que ocupa, sem que

isso diminua sua humanidade. Contudo, ao renunciar ao discurso e à ação, ele deixa de se constituir como um ser humano em relação aos demais.

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como mero objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra atividade da vida activa (Arendt, 2007, p. 189).

A cada nascimento, abre-se um leque infinito de possibilidades com o advento de um novo ser, uma vez que antes dele não existia ninguém igual. A partir da natalidade começa uma nova ação, e por meio do discurso, manifesta-se a singularidade do indivíduo dentro da pluralidade, vivendo como um ser distinto entre semelhantes.

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Esta revelação de “quem”, em contraposição a “o que” alguém é, os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exhibir ou ocultar, está implícita em tudo que se diz ou se faz (Arendt, 2007, p. 192).

A essência do que uma pessoa é se revela através do seu discurso, pois é nele que a ação encontra seu aspecto revelador: sem as palavras, a ação perderia seu significado. Quem age é também o responsável pela forma como seu discurso é elaborado, pois embora certos gestos possam ser entendidos por si mesmos, é por meio do discurso que se pode comunicar a verdadeira intenção por trás deles. A conduta do indivíduo revela sua identidade, razão pela qual a referência ao soldado desconhecido após a Primeira Guerra Mundial simboliza a perda dessa identidade, uma vez que seus feitos não podem ser reconhecidos, assim como sua singularidade enquanto sujeito se torna invisível diante dos horrores da guerra.

Os monumentos ao “Soldado Desconhecido”, erigidos após a primeira Guerra Mundial comprovam a necessidade, imperante ainda na época, de glorificar, de encontrar um “quem”, um alguém identificável que quatro anos de carnificina haviam deixado de revelar. A frustração desse desejo e a disposição de não aceitar o fato brutal de que ninguém havia, realmente, sido o agente de guerra, inspiraram a construção desses monumentos ao

“desconhecido”, a todos aqueles a quem a guerra havia privado de identidade, roubando-lhes não os atos, mas a dignidade humana (Arendt, 2007, p. 193).

A alteridade, que surge nas relações de contraste, torna-se um aspecto fundamental no contexto da pluralidade, permitindo-nos distinguir o que nos cerca ao nos diferenciarmos dos outros. O ser humano possui a capacidade não apenas de comunicar, mas de revelar sua essência por meio de sua singularidade. Assim, Arendt (2007) descreve a pluralidade humana como uma “paradoxal pluralidade de seres singulares”. Ao tentar definir alguém, frequentemente caímos no erro de enumerar características que o aproximam de outros, fazendo comparações que acabam por apagar suas qualidades mais únicas e distanciar-nos de sua verdadeira natureza. Esse erro acontece porque, em vez de tentar descrever o sujeito pelo que ele é, deveríamos procurar entender que tipo de “quem” ele representa. Essa é apenas uma das limitações enfrentadas pela ação quando se vive em sociedade.

A ação e o discurso possuem a capacidade de revelar aquele que os realiza, funcionando como uma reafirmação do nascimento do ser humano e sua presença física no mundo. A ação difere da obra, pois não é necessariamente útil ou prática como o trabalho, nem exige condições específicas para sua ocorrência. Mesmo havendo uma busca ou competição por objetos materiais, os indivíduos manifestam-se como seres essencialmente distintos. Sempre que há convivência entre pessoas, forma-se uma complexa rede de relações. A expressão da identidade por meio do discurso e o surgimento de um novo começo por meio da ação ocorrem dentro dessa rede preexistente, onde geram efeitos e repercussões. Esse início renovado, ao se inserir na teia já estabelecida, acabará por provocar novas consequências na vida daqueles que dela participam.

Embora o discurso e a ação expressem a singularidade de cada indivíduo no mundo, o sujeito não é o autor da sua própria história; ele atua nela, mas não a cria. A história de cada pessoa, embora tenha um agente que a executa, não possui um criador, ou seja, não há alguém que a esteja moldando ativamente. O agente apenas se revela, e essa manifestação, apesar de intangível, ganha forma após os acontecimentos concretos por meio das ações e dos discursos realizados.

Ao influenciar alguém por meio da minha ação, automaticamente desencadeio outras ações, que correspondem às reações daqueles que inicialmente foram

afetados. Esses desdobramentos só podem ser avaliados por quem vem após os atores das ações, pois só ao final de tudo é possível analisar suas consequências, algo inacessível aos próprios envolvidos no processo. Assim, não é o ator que constrói a história, mas sim aquele que a narra, quem a compreende em sua totalidade.

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto da circunvizinhança da natureza da qual obtém matéria-prima, e do mundo, onde coloca o produto acabado (Arendt, 2007, p. 201).

É neste contexto, ao desenvolver esta análise sobre a relação entre as esferas pública e privadas e as atividades da vida ativa, que *A Condição Humana* nos serve a uma compreensão mais clara do que Arendt apresenta em *Origens do Totalitarismo*: o isolamento retira do homem sua ação, sua possibilidade de expor sua singularidade entre os demais, portanto, destrói a possibilidade de seu discurso. Enquanto a natureza oferece à fabricante matéria prima para suas obras, a relação dos indivíduos em uma teia é o que oferece recursos/possibilidades de existir a ação humana.

Mais importante é a descoberta que se deve, ao que eu saiba, exclusivamente a Montesquieu, o último pensador político seriamente preocupado com o problema das formas de governo. Montesquieu percebeu que a principal característica da tirania era que se baseava no isolamento – o isolamento do tirano em relação aos seus súditos, e dos súditos entre si através do medo e da suspeita generalizada – e que, portanto, a tirania não era uma forma de governo como qualquer outra, mas contradizia a condição humana essencial da pluralidade, o fato de que os homens agem e falam em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política (Arendt, 2007, p. 214).

Quando isolados, os indivíduos afastam-se da esfera pública e concentram-se em atividades voltadas diretamente às suas necessidades pessoais, como o trabalho. Dessa forma, limitam-se à busca pela sobrevivência por meio da produção do que é essencial e consumido de forma imediata. Embora necessária, a atividade laboral, ao tentar atender às demandas de consumo, coloca o sujeito numa condição restrita e repetitiva, tornando-o progressivamente mais focado em suas necessidades individuais e menos consciente do ambiente político em que está inserido.

Na obra, o ser humano cria algo que transcende sua esfera privada e alcança o espaço comum, cujos efeitos se estendem para as futuras gerações. Dessa forma, a produção realizada pelo *homo faber* carrega uma dimensão particular ligada ao seu

criador, mas adquire uma relevância pública ao longo do tempo, estabelecendo uma comunicação, ainda que indireta, entre aqueles que dela se beneficiam. Diferentemente do *animal laborans*, que está preso a uma repetição contínua de tarefas e não possui a capacidade criativa, o *homo faber* realiza seu trabalho com autonomia, enquanto o *animal laborans* simplesmente obedece a ordens e replica o que lhe foi ensinado. O *animal laborans* representa o contexto em que se encontra o homem das massas, configurando-se como a fase inicial do estado de solidão.

O estado de solidão, por seu turno, ocorre quando o indivíduo perde a conexão com os outros e, conseqüentemente, a capacidade de se posicionar no mundo e expressar sua identidade. Além disso, há uma ruptura do diálogo interno e a perda do espaço de refúgio que é o lar, onde suas necessidades básicas são atendidas. Dessa forma, tanto a esfera pública quanto a privada são destruídas, resultando na desumanização daqueles que deixam de se reconhecer como seres inseridos no mundo.

Com isto, percebe-se que o totalitarismo elimina a espontaneidade dos indivíduos e sua capacidade de agir no mundo, valendo-se da ideologia para impor uma lógica única que orienta a vida das pessoas, reduzindo-as a meros instrumentos de seus objetivos. Essa imposição os exclui da convivência social e da ação, condição essencial para que o domínio totalitário se estabeleça.

3 Considerações finais

A obra de Hannah Arendt oferece um aporte indispensável para a compreensão das transformações políticas e existenciais desencadeadas pelo totalitarismo, um fenômeno que ultrapassou a simples ruptura com as estruturas tradicionais e instaurou um regime cuja essência desumanizadora ainda provoca reflexões profundas e necessárias. Ao acompanhar o desenvolvimento do pensamento arendtiano, percebe-se que sua análise vai muito além da descrição histórica dos fatos, buscando entender as repercussões que tais eventos produziram na condição humana, sobretudo no que tange à perda da identidade, da ação e do espaço de convivência pública e privada.

O conceito do “estado de solidão”, desenvolvido por Arendt em suas reflexões sobre o totalitarismo, revela-se uma chave interpretativa para o entendimento da

natureza singular e inédita desse regime. A solidão, tal como ela a concebe, não consiste simplesmente no fato de estar sozinho ou isolado fisicamente, mas representa um estado existencial e político em que o indivíduo é privado dos laços sociais essenciais que garantem sua humanidade e sua capacidade de agir. É um fenômeno que se manifesta especialmente em contextos de dominação totalitária, quando o sujeito deixa de ser reconhecido como um agente singular e ativo na esfera pública e privada, tornando-se um mero objeto da lógica imposta pelo regime.

Essa distinção é crucial para diferenciar o totalitarismo das outras formas tradicionais de tirania e autoritarismo. Enquanto estes últimos restringem a liberdade e o poder dos indivíduos, ainda mantêm certas esferas intactas — como o espaço privado, onde o sujeito pode preservar algum grau de autonomia e intimidade —, o totalitarismo, ao contrário, atinge a essência da condição humana, anulando não apenas a ação política, mas a própria capacidade de pensar e refletir criticamente sobre a realidade. Tal aniquilamento da capacidade reflexiva, associado à supressão da espontaneidade e do vínculo social, leva à perda da identidade e da memória histórica, configurando uma forma extrema de opressão que transcende o mero controle político para atingir dimensões existenciais profundas.

Nesse sentido, a articulação feita por Arendt entre o conceito de pluralidade e a atividade da ação é fundamental para compreender o que está em jogo na exclusão dos indivíduos promovida pelo totalitarismo. A ação, segundo Arendt, é a mais elevada das atividades humanas, pois é por meio dela que a singularidade do sujeito se manifesta no espaço público, permitindo a interação, o reconhecimento mútuo e a construção conjunta do mundo comum. O discurso, componente inseparável da ação, não só revela a identidade única de cada indivíduo, como também possibilita a comunicação e a compreensão entre os membros da comunidade política. Assim, a ação e o discurso funcionam como o fundamento da vida política e da condição humana em sua plenitude.

O totalitarismo, ao eliminar essas possibilidades, instaura um cenário no qual os indivíduos são afastados da esfera pública e mergulhados em uma condição de isolamento e impotência. O que Arendt denomina como “massas” — grupos de indivíduos socialmente desenraizados e desprovidos de engajamento político — é a base a partir da qual o totalitarismo consolida seu poder. Essas massas, marcadas pela superfluidade social e pela ausência de laços coletivos, tornam-se terreno fértil

para o avanço das lógicas autoritárias e da ideologia única, que substituem o pluralismo e a diversidade por uma uniformidade repressiva.

Além disso, Arendt demonstra que a destruição da esfera privada, tradicionalmente vista como o refúgio do indivíduo, constitui um aspecto igualmente devastador desse processo. A perda do lar como espaço de segurança e intimidade, onde as necessidades básicas são atendidas e onde o sujeito pode preservar sua humanidade diante do mundo externo, contribui para a completa desumanização e fragilização do indivíduo. A conjunção da destruição das esferas pública e privada é o que caracteriza o estado de solidão e marca o ápice da opressão totalitária.

Ao aprofundar o entendimento da *vita activa* — composta pelas atividades do trabalho, da obra e da ação — Arendt nos oferece um mapa esclarecedor das diferentes dimensões da existência humana e sua vinculação às esferas pública e privada. O trabalho, associado à esfera privada, é a atividade necessária para a manutenção da vida biológica, repetitiva e cíclica, enquanto a obra relaciona-se à criação de um mundo duradouro, que ultrapassa a existência individual e conecta gerações. Já a ação, que só pode ocorrer em um contexto plural, é o espaço onde a liberdade e a singularidade humana são efetivamente expressas e reconhecidas.

A exclusão dos indivíduos dessas dimensões — especialmente da ação — significa a ruptura das bases da vida política e da convivência social. A retirada do sujeito da capacidade de agir e discursar no espaço público representa a perda da liberdade e da humanidade, deixando-o à mercê da lógica ideológica do regime e incapaz de resistir ou se afirmar como sujeito histórico e político.

Por fim, a análise crítica da obra de Hannah Arendt nos alerta para os riscos contemporâneos de regimes ou práticas políticas que visem à uniformização do pensamento, à exclusão do pluralismo e à anulação da ação humana. A atualidade do pensamento arendtiano reside justamente na defesa vigorosa da pluralidade, da liberdade e da capacidade de ação como fundamentos indispensáveis para a preservação da dignidade humana e da vida democrática. Compreender essas categorias é, portanto, não apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade premente para enfrentar os desafios políticos e sociais que persistem no presente.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Schwarcz, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRITO, Renata Romolo. Hannah Arendt. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, [S. l.], v. 6, p. 14-29, 2020.
- BACH, Augusto; ORLANDI, Juliano. O Sócrates de Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 42, n. 4, p. 201-222, 2019.
- COELHO, Jean Carlos Duarte Pinto. A filosofia entre o estar só e a solidão. **Ensaios Filosóficos**, v. XXII, p. 66-74, 2020.
- DINIZ, Nádia Souki. **A banalidade do mal em Hannah Arendt**. 1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-BENTA2>.
- FERREIRA, Adelino. Do isolamento à solidão: a novidade totalitária segundo o pensamento de Hannah Arendt. **Filogenese**, Marília, v. 7, n. 1, p. 83-94, 2014.
- FRATESCHI, Yara Adario. Participação e liberdade política em Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, n. 10, p. 83-100, 2007.

Recebido: 15/07/2025

Aprovado: 12/12/2025